

ACESSO GRATUITO A MANUAIS ESCOLARES DURANTE A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

Na União Europeia, as famílias portuguesas são as que mais gastam com a aquisição de manuais escolares. O impacto da compra de manuais escolares no orçamento das famílias é demasiado custoso, mantêm-se preços exorbitantes e edições luxuosas e ano após ano, acumula-se o desperdício de manuais quase novos que não voltam a ser utilizados.

O sistema de empréstimos voluntário nas escolas, criado em 2005, não permitiu incentivar o sistema. Aliás, viria mesmo a ser revogado pelo actual Governo, com o argumento que muitos livros contêm exercícios resolvidos pelos alunos.

No que toca à aquisição e empréstimos de manuais escolares, o panorama é confrangedor. Algumas escolas iniciaram programas pró-

prios, incentivados pelas autarquias de bolsas de empréstimo, mas são excepções isoladas, e não a regra.

A lei de 2006 que o substituiu não resolveu o problema: a certificação dos manuais ainda não foi feita e o acordo entre governo e livreiros continua a permitir a subida dos preços acima da inflação, num ano de congelamento de salários.

O Bloco defende que os manuais escolares têm que ser encarados como recurso educativo essencial nos processos educativos do ensino obrigatório. Isto significa que o Estado não se pode alhear de proporcionar a todos e a cada um dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória o acesso gratuito, e em igualdade de circunstâncias, a estes instrumentos didáctico-pedagógicos.

PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA

- A criação de um programa faseado de aquisição em três anos dos manuais escolares a serem distribuídos a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, e a ser custeado pelo Ministério da Educação;
- A criação de um sistema universal de empréstimo, a ser organizado pelas escolas, que deve ter um ciclo de utilização de três anos;
- A obrigatoriedade de separação entre manuais e cadernos de exercícios (com excepção permitida apenas para o 1.º ciclo) e que esse critério faça parte da grelha de avaliação das comissões de avaliação e certificação de manuais escolares;
- O apoio à criação de bolsas de empréstimo no ensino secundário, a par do apoio à aquisição de manuais escolares por via da acção social escolar.